

Programa Nacional de Educação para a Sexualidade

Problema Primário

Falta de educação da população sobre sexualidade.

Problemas Secundários

- Desinformação e lacunas na informação da população sobre saúde sexual e potenciais consequências para a saúde resultantes de comportamentos de risco;
- Estigma e preconceito na sociedade relacionado com certas facetas da sexualidade;
- Lacunas na formação dos profissionais de saúde em conteúdos relacionados com a sexualidade.

Contexto e Fundamentação

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a sexualidade como “uma energia que nos motiva para encontrar amor, contacto, ternura e intimidade. (...) A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental”.¹

A educação para a sexualidade é essencial na educação para a saúde. Uma população não educada nas várias vertentes da sexualidade é mais suscetível a desenvolver comportamentos de risco. No caso específico das populações mais jovens, a ausência de educação sexual pode refletir-se na falta de preparação para lidar com a sexualidade, o sentimento de invulnerabilidade, barreiras e preconceitos, dificuldade em tomar decisões, baixa autoestima,



indefinição de identidade e necessidade de afirmação dentro do grupo de pares.

Assim, com vista a uma vida saudável em sociedade, devem adquirir-se conhecimentos e desenvolver-se atitudes e comportamentos nesta área, através da educação sexual. Esta tem como objetivos:

- Desenvolvimento de competências que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade;
- Potenciação da melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais;
- Redução de possíveis consequências negativas nos comportamentos sexuais, tais como a gravidez não planeada e as infeções sexualmente transmissíveis (ISTs);
- Promoção da capacidade de proteção face a todas as formas de exploração e de abusos sexuais; o que, a longo prazo, deve contribuir para a tomada de posições na área da sexualidade ao longo de toda a vida;
- Diminuição da prevalência da discriminação e preconceito através de conhecimentos providenciados na área da sexualidade.²

No entanto, a educação para a sexualidade nas escolas portuguesas é escassa, limitando-se frequentemente aos processos fisiológicos da relação sexual e aparelho reprodutor e incidindo pouco nas implicações que a mesma tem na saúde do indivíduo.³

Uma das formas de colmatar este problema é a formação de estudantes de medicina na área da sexualidade, para que no seu papel de futuros profissionais de saúde sejam ativos na educação e informação da população e na resposta às suas necessidades médicas.

Como já foi descrito em estudos, apesar da saúde e sexualidade serem indissociáveis, os profissionais de saúde revelam frequentemente algum desconforto na abordagem deste tema⁴, o que poderá ser uma consequência do facto dos programas curriculares das várias escolas médicas portuguesas terem uma notória falha na área da sexualidade.

Assim, o desenvolvimento de competências relacionadas com esta temática deve ser fomentado para que no contacto médico-



doente ocorra uma abordagem confortável, inclusiva e não discriminatória sobre a sexualidade.

Objetivos

- Abordar o tema da sexualidade em ambiente hospitalar e escolar;
- Prevenir, sensibilizar e educar a população para uma sexualidade saudável;
- Capacitar os futuros médicos para saber como lidar com a temática da sexualidade na prática clínica, colmatando as falhas existentes no currículo médico;
- Complementar a formação dos estudantes de medicina em temas relacionados com sexualidade;
- Diminuir atitudes discriminatórias na sociedade.

Indicadores

- Número de atividades realizadas visando a formação de estudantes de medicina na área;
- Número de estudantes de medicina envolvidos nas formações;
- Número de intervenções em escolas;
- Número de participantes nas atividades realizadas em meio escolar;
- Número de atividades de intervenção na comunidade na área da sexualidade;
- Número de pessoas abrangidas por essas atividades.



Referências Bibliográficas

¹ Definição de Sexualidade da Organização Mundial de Saúde.

² Relatório Final do Grupo de Trabalho de Educação Sexual.

³ Relatório de Avaliação do Impacto da Lei n.º 60/2009 de 6 de agosto, regulamentada pela Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de abril.

⁴ RAMALHEIRO, Lúcia; GODINHO, Catarina e MAIA, Ana Catarina. Abordagem da vida sexual feminina nos Cuidados de Saúde Primários. Rev Port Clin Geral [online]. 2011, vol.27, n.6.